

Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas*

José Marcos Pinto da Cunha[♦]

Alberto Augusto Eichman Jakob[♦]

Palavras-Chave: Segregação Residencial; Mercado de Trabalho; Dinâmica Intra-Urbana

Resumo

Os impactos da segregação socioespacial sobre as condições gerais de vida da população e das famílias têm sido amplamente discutidos na literatura nacional e internacional e abordados de distintas formas. Partindo-se da premissa de que o “espaço importa”, pretende-se com o presente estudo contribuir para os esforços analíticos voltados a investigar o impacto que a segregação, aqui entendida como a concentração no espaço de estratos socioeconômicos semelhantes, teria sobre a capacidade de resposta das pessoas ou famílias aos vários problemas e riscos apresentados observados nas grandes aglomerações urbanas. Mais especificamente, este paper pretende investigar, para o caso de uma região metropolitana emergente no Brasil (Campinas, no Estado de São Paulo) se há evidências do efeito da segregação sobre distintas características da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, serão analisados como o desemprego, a formalidade do trabalho e a proteção social da população economicamente ativa estariam influenciadas, tanto pelas características sócio-demográficas, incluindo status migratório e condição de mobilidade intra-urbana (pendularidade), como por sua localização no espaço regional. Como variável espacial relativa à segregação, propõe-se uma medida baseada no índice I de Moran local, que busca identificar áreas homogêneas em termos da composição socioeconômica de seus habitantes. Os resultados obtidos, embora não sendo conclusivos, sugerem a importância da localização sobre a forma de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, o que corrobora algumas proposições teóricas levadas em conta nesse estudo.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

♦ IFCH-NEPO/ UNICAMP. E-mail: zemarcos@nepo.unicamp.br

♦ NEPO/ UNICAMP. E-mail: alberto@nepo.unicamp.br

Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas*

José Marcos Pinto da Cunha[♦]

Alberto Augusto Eichman Jakob[♦]

Introdução

Os impactos da segregação socioespacial sobre as condições gerais de vida da população e das famílias têm sido amplamente discutidos na literatura nacional e internacional, sendo que, como nos mostra Flores (2006), os mecanismos que atuam para a efetivação desse efeito seriam identificados segundo distintas abordagens, cada uma delas com ênfase em aspectos distintos que vão desde questões relativas à existência de capital social, até as que enfatizam os diferenciais das distintas localizações sobre o acesso aos serviços e demais oportunidades disponíveis em nível regional.

Partindo-se da premissa de que o “espaço importa” (Flores, 2006; Torres; Ferreira; Gomes, 2004) podemos investigar um conjunto de riscos ou comportamentos de maneira a tentar avaliar o real impacto que a segregação socioespacial, aqui entendida como a concentração no espaço de estratos socioeconômicos semelhantes, teria sobre a capacidade de resposta das pessoas ou famílias a estes problemas ou, de maneira mais geral, seus efeitos sobre a inclusão social. Esse tipo de análise tem sido feito, por exemplo, com relação ao rendimento escolar das crianças (Cunha; Jiménez, 2006; Cunha et.al. 2007; Torres; Ferreira; Gomes, 2004; Flores, 2006), as condições de vida dos jovens (Galster; Mikelsons, 1995) ou mesmo com relação à criminalidade (Sampson; Raudenbush; Earls, 1997).

No caso do Brasil, tais estudos têm merecido atenção cada vez maior de demógrafos, sociólogos e urbanistas que, em geral, têm como foco as regiões metropolitanas, onde não apenas as dinâmicas, mas também os problemas sociais, se tornam mais complexos e mais exacerbados, tendo em vista a concentração demográfica e a integração espacial existentes entre distintas unidades administrativas. O presente estudo pretende somar-se a essa linha de análise.

São três os objetivos desse estudo: em primeiro lugar apresentar a situação regional em termos de sua dinâmica demográfica e processo de segregação socioespacial, em particular; em segundo lugar, avaliar, a partir de uma análise exploratória, os diferenciais observados, em termos de inserção no mercado de trabalho, entre os indivíduos segundo diferentes características sócio-demográficas, incluindo a mobilidade espacial, e, particularmente, suas localizações no espaço metropolitano. Finalmente, será desenvolvido um modelo multivariado de maneira a tentar isolar o efeito da localização sobre a inserção laboral, que, nesse estudo, será avaliada a partir de três indicadores: desemprego, condição de formalidade do trabalho e proteção social.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

♦ IFCH-NEPO/ UNICAMP. E-mail: zemarcos@nepo.unicamp.br

♦ NEPO/ UNICAMP. E-mail: alberto@nepo.unicamp.br

Tendo em vista que, no Brasil, a despeito de alguns avanços em termos de pesquisas domiciliares¹, o Censo Demográfico tem sido a fonte mais rica para estudos desse tipo, sobretudo tendo em vista a sua capacidade de desagregação espacial, esse estudo terá sua análise baseada nessa fonte para o ano de 2000. Além da possibilidade de conhecer as características da população em uma escala intra-municipal (setores censitários e Áreas de Ponderação²), estes dados nos permitirão aplicar técnicas espaciais para efeito da construção de indicadores de segregação.

Por último, cumpre salientar que o presente trabalho faz parte de um conjunto de investigações que vêm sendo elaboradas para a RM de Campinas. Desta forma, parte das informações aqui trabalhadas decorre de um acúmulo prévio de conhecimentos obtidos e divulgados recentemente (Cunha, org, 2006).

I. Mercado de trabalho, segregação e mobilidade espacial: algumas questões contextuais e teóricas

a) A situação do mercado de trabalho no Brasil: um breve apanhado

Dedecca e Baltar (1999) nos ajudam a entender, entre outras questões, as condições que levaram o Brasil a modificar significativamente o perfil e as condições do seu mercado de trabalho, em particular, a partir dos anos 1980.

Tendo em vista a intensa migração rural-urbana observada em nossos países, e frente à limitada capacidade de absorção dos setores modernos presentes nos grandes centros receptores de população migrante, uma parte da força de trabalho disponível foi obrigada a buscar uma inserção nas atividades que exigiam menor qualificação - como o comércio ambulante, os serviços de reparação e conservação domiciliar e o serviço doméstico.

Para estes autores, frente a essa situação, o desenvolvimento socioeconômico latino-americano foi incapaz de possibilitar a consolidação de um mercado de trabalho homogêneo, onde predominasse as situações de ocupação plena e protegida, com o desemprego se restringindo ao friccional e a ocupação não-organizada³ se constituindo em mero resíduo. No que diz respeito aos anos 1990 e começo dos 2000, estes autores afirmam ainda que os países da região se deparam com a ampliação da heterogeneidade socioeconômica explicada por alguns fatores como a crise prolongada, e, em especial, pelos efeitos destrutivos dos programas recentes de liberalização econômica.

Esta situação também pode ser entendida a partir de discussões empreendidas por outros autores como Harvey (2005), Castells (1999) e Sassen (1991), que reconhecem a emergência,

¹ Entre elas destacam-se os surveys realizados pelo Centro de Estudos da Metrópole em 2006 e o recentemente terminado pelo "Projeto Vulnerabilidade", do qual esse texto é parte integrante, que coletou informações de mais de 1800 domicílios na região em questão.

² Os setores censitários são as menores unidades geográficas de referência para a coleta de informações censitárias. Já as Áreas de Ponderação são unidades geográficas formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, Enquanto para os setores censitários os dados disponíveis correspondem ao boletim de coleta relativo ao universo da população, portanto, com um número restrito de informações, para as Áreas de Ponderação, encontram-se disponíveis os dados relativos ao boletim de coleta da amostra que contam com um volume muito maior de características relativas aos domicílios e às pessoas.

³ Na reformulação socioeconômica desencadeada a partir da década de 1970, o setor informal passava a ser denominado de segmento *não-organizado*, em contraste com a *organização* do setor moderno, de acordo com Dedecca e Baltar (1999). A diferenciação é basicamente ditada pela lógica do lucro e da acumulação de capital do setor organizado que, ao comandar a dinâmica do conjunto da economia, regula também os espaços ocupados pelas atividades não-organizadas de maneira capitalista.

não apenas na América Latina (onde talvez este processo se revele de forma mais aguda), mas também em termos mundiais, de uma nova situação com a crise e a reestruturação produtiva.

Sassen (1991) considerava que a globalização da economia estaria provocando profundas reestruturações nas grandes cidades que passariam por um profundo processo de reestruturação, particularmente em termos do mercado de trabalho. Esta nova estruturação, embora variável entre cidades, teria um impacto comum em todas elas: a emergência de uma nova estrutura social, caracterizada não só pela concentração de renda e expansão de segmentos ricos e segmentos pobres, como por uma contração da classe média.

Se é verdade que essa posição defendida por Sassen não é necessariamente compartilhada por outros estudiosos, que, ao contrário, assumem como hipótese de trabalho o crescimento de heterogeneidade socioespacial na cidade (Preteceille, 2000), o fato é que as regiões metropolitanas brasileiras parecem ainda reproduzir, em muitos sentidos, embora com certas nuances e novidades, o processo de periferização e marginalização tão visível nos anos 60 e, particularmente nos 70.

Dedecca e Baltar (1999) destacam ainda outras mudanças no sistema produtivo: os programas de racionalização provocariam a desverticalização das grandes plantas industriais, acarretando a externalização de parte de suas atividades, tornando-as importantes subcontratantes não só de força de trabalho, mas também de produção e serviços. Esse novo contexto induziria a uma reavaliação do papel do setor não-organizado na dinâmica do capitalismo. Este passaria a fazer parte da lógica de produção/atividade do que Dedecca e Baltar chamam de “setor moderno”. Neste processo, as atividades informais não somente receberiam os trabalhadores expulsos pelas atividades modernas em seu movimento de racionalização produtiva, como seriam incorporadas ao seu ciclo produtivo.

Ou seja, estaríamos diante de um processo em que a nova dinâmica econômica produz e reproduz o crescimento do setor informal, tanto ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias (como o comércio ambulante ou o serviço doméstico), quanto ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim seria a prestação de serviços ou o fornecimento de produção ao setor organizado ou o desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva.

Assim sendo, a diminuição do emprego formal teria feito, por um lado, com que essas situações de informalidade se tornassem definitivas e, por outro, que os assalariados expulsos pelo setor organizado, na falta de um sistema de seguro desemprego de longa duração migrassem, forçosamente ou não, para o setor informal, fato que traz importantes conseqüências sobre as condições gerais de reprodução social.

Em termos gerais, o Brasil chegou a 2000, momento considerado nesse estudo, com um desemprego da ordem de 15%, sendo que, na RM de Campinas, esse valor foi um pouco maior, cerca de 16%; no entanto, como sabemos, essas cifras, já assustadoras, ainda escondiam uma situação ainda mais preocupante, tendo em vista a incidência das situações de empregos precários ou sub-emprego. Alguns dos dados aqui analisados corroboram estas tendências.

Como veremos mais adiante, existe um conjunto de atributos que podem reduzir ou incrementar essa situação de precariedade em termos da inserção laboral, sendo uma delas, por hipótese, a área onde vive o indivíduo.

b) Mercado de trabalho, segregação e mobilidade espacial da população

Como já mencionado na introdução, existem linhas de investigação que tratam de mostrar como a segregação socioespacial afeta determinadas dimensões das vidas dos indivíduos e famílias. Dentre estes enfoques, consideramos importante destacar dois deles: aquele que genericamente poderíamos dizer que estão preocupados em captar os chamados “efeito de bairro” (Jencks; Mayer, 1990), e um segundo baseado na idéia de que existiria uma “geografia de oportunidades” (Galster; Killen, 1995).

A partir da primeira abordagem são destacados diferentes mecanismos pelos quais a segregação incide sobre certos comportamentos ou fenômenos. Estudos a partir dessa perspectiva estariam preocupados, por exemplo, em examinar a força (ou debilidade) dos marcos normativos existentes nas comunidades (Kaztman e Filgueiras, 2006); a forma como são difundidos os comportamentos e como se dá a socialização coletiva a partir de transmissão de “modelos de rol” (Wilson, 1987, Kaztman, 1999); ou o nível de controle social existentes no bairro (Sampson; Raudenbush; Earls, 1997).

No segundo caso, ou seja, no enfoque atinente à geografia das oportunidades, o efeito do lugar onde se vive sobre o comportamento dos indivíduos e famílias estaria ligado, por um lado, a elementos objetivos existentes (ou não) nessas áreas, como acesso e qualidade dos serviços, em particular os públicos (saúde, educação, segurança etc.), infra-estrutura, características do mercado de trabalho etc.; por outro lado, variações espaciais subjetivas, basicamente representadas pelas redes sociais existentes também poderiam representar impactos significativos (Galster; Killer, 1995).

Na verdade, como se percebe, estes dois enfoques possuem elementos de contatos muito claros já que, em ambos os casos, ao menos uma questão surge como importante para explicar “comportamentos” diferenciados segundo o local de residência das pessoas: a influência das redes sociais existentes nos bairros ou nas comunidades locais.

A partir destas premissas básicas, poderíamos propor a seguinte pergunta: pode-se dizer que, uma vez controladas certas características individuais, haveria evidências de que a segregação socioespacial tem efeito sobre a forma de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho?

Nossa hipótese de trabalho é, portanto, que o acesso ao mercado de trabalho não dependeria apenas dos atributos sócio-demográficos individuais, mas também de outros elementos que, segundo o exposto, estariam ligados ao local de moradia do indivíduo.

Quanto às características sócio-demográficas que serão utilizadas nesse estudo, não seria necessário nos alongarmos sobre os efeitos que o sexo, idade, educação, estado civil e cor/raça⁴ reconhecidamente possuem sobre as possibilidades de inserção laboral. Os diferenciais encontrados para 2000, segundo estas variáveis, com relação ao desemprego, por exemplo, foram bem significativos no Brasil e em suas várias regiões (Dedecca, 2006).

No entanto, algumas considerações precisariam ser feitas no caso das outras variáveis que utilizaremos nessa análise, em particular o *status* migratório e mobilidade intra-urbana cotidiana (pendularidade).

No primeiro caso, ou seja, quanto à condição migratória do indivíduo, poder-se-ia supor que o seu tempo de permanência no local de residência seria um importante indicativo do grau de sociabilidade e/ou captação de capital social, na medida em que os laços sociais e conhecimentos tenderiam a se incrementar com o passar do tempo. Por outro lado, o tempo de

⁴ É importante esclarecer que, no Brasil, o quesito cor é obtido a partir da auto-declaração das pessoas, sendo, portanto, uma variável que identifica as características fenotípicas do indivíduo. No entanto, tem sido utilizado para captar as desigualdades sociais e raciais provocadas pelo legado do passado escravista.

vivência em uma determinada zona ou região também poderia ter influência na quantidade e qualidade das informações sobre as oportunidades disponíveis, sejam elas em termos do mercado de trabalho, ou mesmo em outras dimensões essenciais para a reprodução social como a assistência social, mercado habitacional etc..

Embora, da mesma forma que Sampson, Raudenbush e Earls (1997), acreditemos que a composição dos bairros em termos do tempo de residência de seus habitantes influenciaria a produção de capital social, consideramos também que os indivíduos tenderiam a se beneficiar mais ou menos destas redes e marcos normativos construídos, na medida em que estivessem por mais tempo inseridos nesses contextos. Desta forma, nesse estudo, consideramos que o fato do indivíduo ser migrante recente teria impacto sobre sua inserção laboral, particularmente no caso daquelas pessoas com mais baixa qualificação que, via de regra, migram para a região sem um emprego garantido.

Nessa mesma linha de argumentação, poder-se-ia também esperar que o migrante intrametropolitano, tendo em vista sua experiência prévia na região e, portanto, uma provável maior acumulação de capital social e informações sobre a área, também poderia ter melhor desempenho que o migrante cuja residência prévia fosse fora da região. Por esse motivo, a variável utilizada na análise considerará não apenas a condição de migração recente, mas também a residência prévia do migrante⁵.

Em estudo recente (Sobreira; Cunha, 2007) pudemos mostrar que, de maneira geral, a pessoa que fazia o movimento pendular encontrava-se, em 2000, em melhor condição tanto em termos de rendimentos quanto com relação ao desemprego. Na verdade, este resultado não chega a surpreender, na medida em que a realização desse tipo de deslocamento só faria sentido, via de regra, no caso das pessoas inseridas no mercado de trabalho e, mais que isso, com rendimentos ou benefícios patronais que viabilizassem tais movimentos, uma vez que, ao se tratar de viagens entre municípios, sempre haveria um custo substancial envolvido.

Na maior parte dos casos, especialmente para a população de baixa qualificação, o distanciamento com relação ao local de trabalho se dá em função da busca por alternativas habitacionais. Nesse contexto, a pendularidade colocar-se-ia como uma “estratégia”, como entendido por Bourdieu (1998), cujo propósito seria a manutenção, reprodução ou melhoria da posição de um agente dentro de um campo determinado.

É bem verdade que, para esta parcela da população, embora a solução habitacional pudesse implicar em reais melhorias em suas condições de vida - por exemplo, a casa própria significaria não mais ter que pagar aluguel, ter mais segurança com relação ao futuro etc. - isso não implicaria dizer necessariamente que, no caso brasileiro, estas pessoas teriam melhores condições de moradia. De fato, para a população de baixa renda, a obtenção da casa própria implica, via de regra, na necessidade de se afastar das áreas melhor providas de infraestrutura e acessibilidade, além de ter que sujeitar-se a piores condições de habitabilidade, tendo em vista o baixo padrão construtivo de suas residências.

Por esse motivo, considera-se importante analisar o desempenho no mercado de trabalho também a partir dessa perspectiva, visto que a possibilidade de mover-se dentro da região metropolitana pode interferir não apenas na forma, mas também na estabilidade de inserção no mercado de trabalho.

⁵ O migrante aqui e, ao longo de todo este estudo, será definido como aquele que, em 1995, residia em município distinto daquele em que foi recenseado. Além disso, estes serão sub-divididos entre intrametropolitanos (município em 1995 pertencente à RM de Campinas) e externos (município, em 1995, fora da RM da Campinas).

II. A RM de Campinas: dinâmica demográfica e segregação socioespacial⁶

A dinâmica de formação e expansão da RM de Campinas, área composta por 19 municípios e com cerca de 2,5 milhões de habitantes, apresenta estreita semelhança com o que se verificou em outras metrópoles do país, ou seja, deu-se em função de taxas expressivas de crescimento populacional e pela periferação do crescimento físico-territorial, muito embora neste caso também existam claros indícios de que processos diversos, como o crescimento de subúrbios⁷ e de municípios outros que não a sede, também tiveram impactos.

Assim, na região assiste-se, por um lado, a uma “extensão” da mancha urbana, configurada como um clássico processo de periferação, onde os limites político-administrativos na maior parte das vezes acabam sendo puras abstrações ou arbítrios, e, por outro lado, um crescimento de núcleos urbanos de outros municípios que, em alguns casos, como Americana, um município com grande peso na indústria têxtil nacional, acabam por formar suas próprias periferias.

A partir dos anos 1960, e principalmente depois dos 1970, Campinas recebe grandes investimentos governamentais, tornando-se um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado, em grande parte devido à desconcentração verificada a partir da Região Metropolitana de São Paulo, o que elevou enormemente o seu ritmo do crescimento populacional, assim como da região como um todo. O crescimento da região de Campinas era de 6,5% ao ano no período 1970-1980, bem maior que do Brasil (2,5%) ou mesmo do estado de São Paulo (3,5%) no mesmo período.

Durante a década de 1980, o crescimento populacional da região de Campinas é bem menor que na década anterior, chegando a 3,5% ao ano, e a população desconcentra-se da cidade de Campinas dirigindo-se aos municípios vizinhos, o que acabou por transformar alguns deles em municípios-dormitórios, muito embora, em vários dos casos, a expansão industrial ocorrida ao longo de uma importante rodovia (a rodovia Anhanguera) tenha modificado ou ao menos tornado mais heterogêneas estas funções metropolitanas.

Existem várias direções para as quais a população metropolitana se expande. Contudo, estas não são homogêneas, tanto no que diz respeito ao ritmo de crescimento demográfico e características socioeconômicas, quanto em termos de suas funções metropolitanas. Algumas direções têm sido mais privilegiadas no processo de espraiamento metropolitano, como é o caso do eixo Oeste. Os municípios aí localizados apresentaram um crescimento demográfico muito acima da média regional, como são os casos de Hortolândia e Sumaré. Este comportamento apenas reforça um dos principais condicionantes do processo de redistribuição espacial da população na RM de Campinas: a busca por localizações que aliem preços da terra mais baratos e fácil acessibilidade. No entanto, em sua porção nordeste e sudeste, a Região também apresenta áreas de expansão que se caracterizam por uma maior concentração da população mais abastada.

⁶ Esse capítulo representa uma breve síntese de um trabalho mais completo recentemente publicado (Cunha et al. 2006).

⁷ Este e outros termos têm sido usados para representar fenômenos diferentes. Embora importante do ponto de vista conceitual, esta discussão levaria a uma ampliação do estudo, no momento desnecessária, além de desviá-lo de seu objetivo principal. Este tema certamente será ponto de reflexão no futuro por parte do projeto do qual este estudo faz parte.

Elementos da segregação social espacial: a configuração das “cordilheiras sociais”

Estudos realizados anteriormente (Cunha et al, 2006 e Cunha e Jimenez, 2006) mostraram que, não obstante mensurações clássicas de segregação, como o índice de dissimilaridade, evidenciassem uma redução do fenômeno ao longo do anos 90 na Região Metropolitana de Campinas, um olhar mais cuidadoso e tecnicamente mais elaborado não deixava dúvidas sobre a existência de uma importante clivagem socioespacial na área.

A configuração do que se chamou “cordilheiras da riqueza e da pobreza” poderia ser percebida tanto a partir do simples mapeamento da distribuição das famílias por renda no espaço metropolitano, quanto a partir de técnicas mais sofisticadas. Utilizando na análise o Índice de Moran Local para o nível de setores censitários, a partir do indicador “condição socioeconômica”⁸, percebeu-se a existência de fortes concentrações de população de riqueza e pobreza na Região Metropolitana de Campinas, mostrando, inclusive, que a segregação socioespacial regional não se restringe apenas à população mais pobre.

De fato, da mesma forma que boa parte da porção oeste da RM de Campinas apresenta grande concentração de famílias pobres, na direção oposta, numa faixa que vai do nordeste ao sudeste da região, percebeu-se uma maior predominância das pessoas com melhores condições de vida.

Outra forma de avaliar o processo de segregação social existente na região seria a partir da análise da divisão regional do trabalho que, entre outros efeitos, teria impacto sobre a composição da população, em termos dos estratos sociais, nos seus diferentes sub-espços.

Inspirados em importante trabalho sobre a estratificação social na América Latina elaborado por Portes (1985) e depois atualizado por Portes e Hoffman (2003), analisamos a situação da RM de Campinas a partir dessa perspectiva com base nos dados do Censo de 2000⁹.

Os dados analisados mostraram não apenas as claras diferenças existentes entre a composição da população vivendo em municípios localizados na “cordilheira da pobreza” e aquela residente na “cordilheira da riqueza”, mas também permitem deduzir que o papel da migração, ao contrário de reduzir, parece ter de fato contribuído para ampliar o processo de segregação.

De fato, observou-se que, enquanto para os municípios caracteristicamente dormitórios, como Hortolândia e Sumaré, a participação dos estratos “capitalistas” e “executivos e profissionais” foi bem reduzida, o mesmo não se repetiu em Campinas, como seria de se esperar, tendo em vista que é a sede regional, como em Valinhos e Vinhedo que, como se sabe, têm sofrido um processo de elitização de sua população a partir dos anos 90, quando começa a se generalizar nesses municípios a figura dos chamados “condomínios fechados” para a população de alta renda. Situação inversa se observou quando a categoria “trabalhadores manuais” foi

⁸ Esse indicador sintético foi obtido a partir de uma análise fatorial que, além da dimensão socioeconômica também utilizava outras características relativas à infra-estrutura dos domicílios e a composição familiar. O fator rotulado como “status socioeconômico” respondeu, em 2000, por cerca de 50% da variabilidade total e apresentava-se altamente correlacionado com a escolaridade e renda do chefe de domicílios, o que nos levou a considerá-lo como representativo das condições materiais de vida e capital humano disponível (uma das dimensões da pobreza). Quanto mais alto o valor desse indicador, maior o grau de privação material e baixo capital humano. Para maiores detalhes sobre esse procedimento ver Cunha e Jiménez, 2006.

⁹ Encontra-se em elaboração um estudo mais detalhado sobre a segregação socioespacial na RM de Campinas a partir destas categorias sócio-ocupacionais. As categorias aqui analisadas, fruto de uma adaptação e simplificação da proposta de Portes para o caso brasileiro, poderiam ser resumidas nas seguintes: capitalistas, executivos e profissionais, micro-empresários, trabalhadores manuais, trabalhadores não-manuais e uma última categoria residual que, para o caso da RM de Campinas representava, em 2000, apenas 0,5% da população economicamente ativa maior de 14 anos de idade.

considerada. Ou seja, a proporção deste estrato social foi muito mais elevada nas primeiras duas cidades mencionadas.

Mais interessante ainda é observar por estes dados que a migração estaria contribuindo para o aprofundamento da segregação socioespacial regional, pelo menos quando esta é considerada em nível municipal. De fato, enquanto nos municípios de maior concentração de pobreza (Hortolândia e Sumaré) as diferenças entre as distribuições por estrato social de migrantes e não-migrantes são praticamente desprezíveis, o mesmo não ocorre nos municípios da porção sudeste da região. De fato, nesses casos percebe-se que os migrantes recentes encontram-se, em geral, em posições sociais mais privilegiadas que os “não-migrantes”; os migrantes, em comparação aos “não-migrantes”, se mostravam muito mais concentrados nos estratos “capitalistas, executivos e profissionais” em detrimento, sobretudo, do estrato “trabalhador manual”. Esse processo de “elitização” da população destas áreas, como já mencionado, é claramente compreensível em função do processo de transformação pelo qual passa essa zona da região metropolitana.

III. Dados e métodos de análise

Fontes de dados e indicadores utilizados

Todos os dados utilizados na presente análise derivam-se do Censo Demográfico de 2000 que, além do nível municipal, nos permitem também desagregar a análise em uma escala intramunicipal. Considerando as hipóteses e proposições teóricas em que se baseiam este estudo, estes dados nos permitirão apreender, por um lado, as características sócio-demográficas de população (sexo, raça/cor, idade, estado civil, condição migratória) e, por outro, construir um indicador de segregação socioespacial a partir do qual se poderá avaliar o comportamento das variáveis relativas à inserção no mercado de trabalho do indivíduo. Para tanto foram criadas variáveis dicotômicas para a população economicamente ativa (PEA) maiores de 14 anos considerando os seguintes aspectos: desemprego; acesso ao trabalho formal; acesso à seguridade social.

Será considerado desempregado o indivíduo maior de 14 anos, economicamente ativo que declarou estar sem trabalho no momento do Censo; no caso do trabalho formal, foram considerados apenas os indivíduos empregados que possuíam a carteira de trabalho assinada; finalmente a proteção social foi caracterizada pela existência de contribuição, por parte do indivíduo, empregado ou não, para algum sistema de seguridade social.

Segregação socioespacial: conceito e mensuração

O conceito de segregação socioespacial utilizado nesse texto tem como referência as considerações feitas tanto por Massey e Denton (1988) quanto por Sabatini (2004 e 2006) com relação ao seu caráter multidimensional. Para os nossos propósitos, a medida de segregação a ser usada deveria refletir, não apenas o grau de separação de um grupo social de outro, mas também, e, sobretudo, o grau de agrupamento que estes estratos sociais apresentam no espaço metropolitano. Sendo assim, buscamos medidas de segregação que tivessem a capacidade de nos desvendar o grau de homogeneidade (ou heterogeneidade) social existente na região, tendo como ponto de partida a semelhança (ou não) existente entre unidades espaciais vizinhas.

Assim, de maneira a analisar a dimensão definida como “clustering” por Massey e Denton (1988) que, segundo Sabatini (2006), seria a verdadeira e única medida de segregação residencial, optamos por lançar mão de uma metodologia baseada em autocorrelação espacial, o Índice I de Moran Local. A aplicação desse procedimento para áreas menores que o recorte municipal nos permite determinar sub-espacos homogêneos, tendo como parâmetro a correlação existente entre uma unidade espacial de análise e as suas vizinhas. Assim, para uma determinada variável, no nosso caso o “status socioeconômico” (SES), a partir dessa técnica é possível identificar áreas com grandes concentrações de pessoas mais pobres (os *hot spots*) e aquelas com melhor condição de vida (os *cold spots*), ou mesmo zonas com grande heterogeneidade (o que o modelo rotula de “não significante”).

A identificação das “Zonas de Segregação”

Tendo em vista o conjunto de características dos indivíduos que se pretendia incorporar na análise, a criação de um indicador que pudesse categorizar os distintos sub-espacos de região encontrou algumas dificuldades com relação à unidade espacial de análise. Por um lado, o uso dos setores censitários, embora mais adequado para se apreender o fenômeno da segregação socioespacial, devido ao seu menor tamanho em termos territoriais, se mostrava inviável, tendo em vista não apenas o número restrito de informações disponíveis a esse nível, mas também o fato das características socioeconômicas serem captadas apenas para o chefe do domicílio.

Por outro lado, embora para o nível das áreas de ponderação todas as informações levantadas pelo questionário da amostra do Censo Demográfico estivessem disponíveis, o seu tamanho, seja em termos de área, seja quanto à população, certamente não permitiria obter segurança sobre o grau de homogeneidade social dessa área.

Os resultados da aplicação do I de Moran Local para cada uma destas escalas para o indicador condição socioeconômica são muito diferentes. Assim, por exemplo, enquanto mais de 32% dos setores censitários poderiam ser classificados na categoria “Alto-Alto”, apenas 18% deles poderiam ser mantidos nessa categoria se respeitada a classificação obtida pelo modelo a partir da análise ao nível de Áreas de Ponderação (AP). Por outro lado, a maior incidência em nível de AP de zonas classificadas como “Baixo-Baixo” levaram a que o percentual de setores assim classificados passasse de 15 para cerca de 24%. Ou seja, fica claro que a elevada agregação espacial das APs reduziria nossa percepção da real segregação existente.

Tendo em vista esse problema, propusemos uma solução que mesclou os dois níveis espaciais de forma a aproveitarmos as vantagens de cada um deles, ou seja, a desagregação espacial permitida pelos setores, e a maior riqueza de informações acessíveis em nível de AP.

A idéia foi avaliar quanto da classificação obtida a partir das APs seria corroborada pela análise em nível de setores censitários. Em um primeiro momento, identificaram-se as APs¹⁰ que continham apenas setores com a mesma classificação. Assim, por exemplo, de um total de 111 APs da RM de Campinas, 48 puderam ser classificadas como “não significante” tendo em vista que continham apenas setores nessa categoria. Ou seja, nas restantes 63 APs, a heterogeneidade interna, tendo em vista a classificação dos setores nelas contidas, não nos permitia classificá-las imediatamente.

Para estas situações, a solução adotada foi considerar que a nova classificação a ser adotada para as APs com heterogeneidade interna seria aquela registrada pelo conjunto de setores que representasse mais de 50% dos habitantes da AP. Para nossa tranquilidade, em todas estas

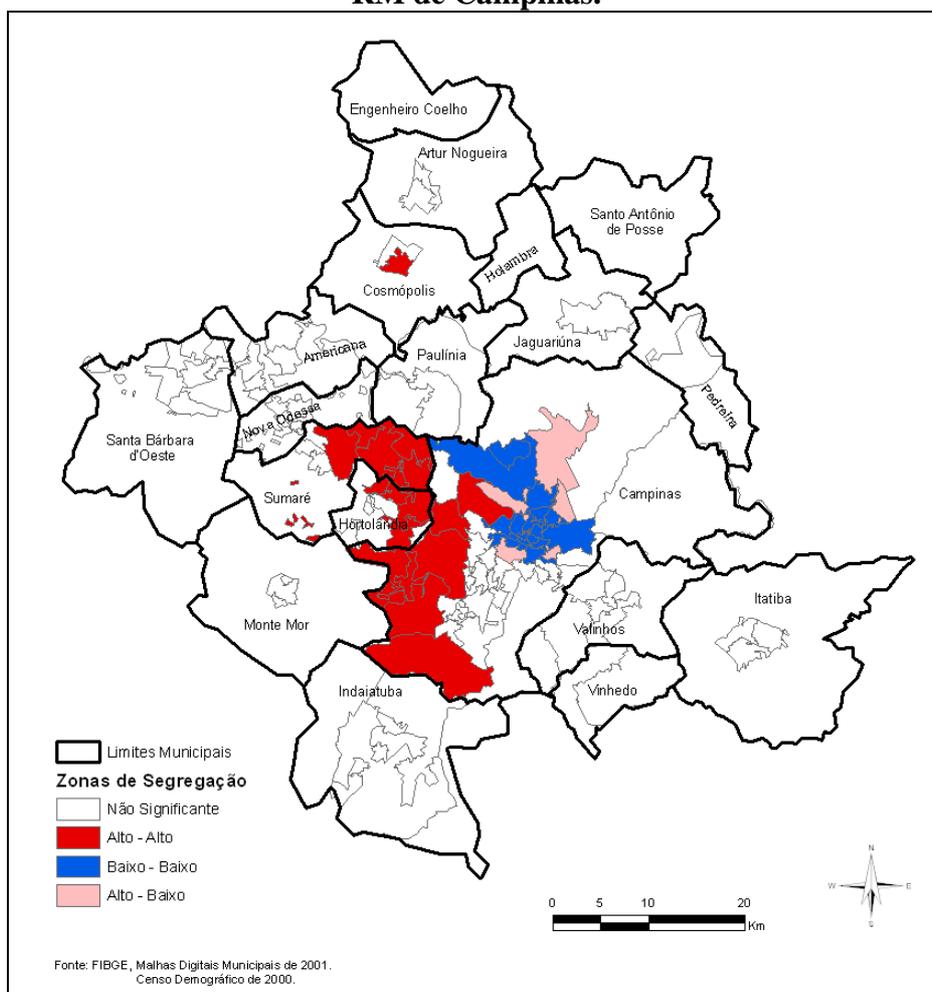
¹⁰ Não se deve esquecer que as áreas de ponderação são agrupamentos de setores censitários.

APs esse critério pôde ser observado, sendo que, em cerca de 70% dos casos, o percentual representado pela população residente nos setores com a classificação que deveria prevalecer, superou os 75%.

Assim sendo, com base nesses critérios pudemos classificar todas as 111 áreas de ponderação respeitando, da melhor forma possível, as indicações da homogeneidade socioeconômica, obtidas a partir da análise dos setores censitários. Desse procedimento resultou a seguinte classificação das APs cuja localização pode ser vista no Mapa 1¹¹:

Classificação	Número de APs
Alto/Alto	18
Baixo/Baixo	15
Alto/Baixo	5
Não significativa	73

Mapa 1
Áreas de Ponderação selecionadas para compor a Zonas de Segregação
RM de Campinas.



¹¹ Vale lembrar que o Mapa 1 traz informações apenas das áreas urbanas dos municípios metropolitanos, não constando ainda informações sobre os municípios de Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio de Posse, todos com tamanho populacional reduzido.

Percebe-se, pelo mapa apresentado, que estas áreas estão mais concentradas no município de Campinas, o que não chama a atenção, na medida em que concentra pouco menos da metade da população regional. No entanto, podemos observar outras áreas selecionadas (categoria Alto-Alto) em municípios periféricos como Sumaré, Hortolândia e Cosmópolis, todas elas sabidamente com características de dormitório.

IV. Resultados: os impactos de segregação sobre a inserção laboral

A presente análise será conduzida em duas etapas: a primeira envolvendo uma análise exploratória onde se avalia os diferenciais de comportamento dos indivíduos nas três dimensões relativas à inserção do mercado de trabalho (desemprego, formalidade e proteção social), segundo as características sócio-demográficas e a posição no espaço regional a partir da localização destes nas distintas “zonas de segregação” construídas; em segundo lugar, construir um modelo multivariado de maneira a tentar isolar o efeito da segregação sobre a inserção laboral, uma vez controladas as características individuais.

A Tabela 1 resume os resultados obtidos na análise descritiva. Assim, pode-se observar a partir destes dados que, no que se refere à cor/raça da pessoa, os brancos encontravam-se, em 2000, em melhor situação que os negros. De fato, isso é verdade tanto para os níveis de desemprego quanto para a proteção social, esta última bem mais elevada entre os brancos; no entanto, no que se refere à formalização do trabalho, essa situação não era observada, chegando até a se inverter (55,4% para os brancos contra 57,2% entre os negros ocupados). No entanto, esse dado não chega a surpreender, uma vez que, em termos das categorias sócio-ocupacionais¹², pode-se constatar que os brancos apresentam uma proporção maior de micro-empresários e profissionais que trabalham por conta-própria.

<Tabela 1 aqui >

No que se refere à educação, percebe-se uma correlação negativa entre os anos de estudo e o nível de desemprego e positiva com relação ao nível de proteção social (44% da PEA com até 4 anos de estudo contribui, contra 63% daqueles com 8 ou mais anos de estudo), o mesmo acontecendo com relação à formalidade (47% da PEA ocupada tem carteira de trabalho assinada daqueles com primário incompleto contra 60% dos trabalhadores com ensino médio completo).

O estado civil da pessoa também se apresenta como uma variável que discrimina sensivelmente a participação do indivíduo no mercado de trabalho. De fato, os casados apresentavam, em 2000, um percentual de desemprego bem menor que os solteiros (11% contra 22%, respectivamente). No que se refere à proteção social, os primeiros registravam 10 pontos percentuais a mais que os segundos (61% contra 51% dos solteiros contribuintes para a previdência), sendo que, da mesma maneira que o observado para os brancos, e provavelmente pelas mesmas razões, também detinham um menor percentual de carteiras assinadas, sinalizando para uma menor formalização das relações de trabalho.

Outro dado apresentado na Tabela 1 refere-se à idade das pessoas. Também nesse caso se observa uma correlação negativa com o desemprego; 37% pessoas com até 20 anos e 12% para 40 anos ou mais). O mesmo ocorre com relação à proteção social (33% daqueles até 20

¹² Dados não apresentados.

anos contribuem contra 57% dos com 40 anos ou mais). Quanto à formalidade no trabalho, o comportamento é mais variável: até os 40 anos, a maioria da PEA ocupada tinha carteira de trabalho assinada (chegando a 62% entre 20 e 39 anos), no entanto, esse percentual se reduz para cerca de 46% depois dos 40 anos, fato que reflete os problemas enfrentados pela adultos em idades mais avançadas.

Com relação aos diferenciais por sexo, os resultados tampouco trazem novidades: os homens apresentavam menor desemprego que as mulheres (13% contra 21%); 60% deles contribuem para a previdência, contra 51% de mulheres; já no caso da proteção social, esta variável não apresentava grandes variações já que, para ambos os sexos, cerca de 56% da PEA ocupada possuía carteira de trabalho assinada em 2000.

Pode-se avaliar também a inserção dos indivíduos segundo sua condição migratória. Os dados mostram que, como seria de se esperar, o desemprego era um pouco menor entre os migrantes intrametropolitanos em comparação com os migrantes que provém de fora da RMC (17% contra 20%, respectivamente), sendo que sua proteção social era ligeiramente maior (54% dos intrametropolitanos contribuem, contra 51% entre os de fora da RMC); já no caso da formalização das relações de trabalho não se percebe diferença significativa.

Também, como já prenunciado, todos os indicadores apresentam melhores resultados para os “não migrantes” em comparação aos migrantes, sejam eles intrametropolitanos ou externos, fato que ajuda a corroborar nossa hipótese sobre o impacto da condição migratória sobre a inserção produtiva do indivíduo.

Ainda com relação à mobilidade espacial, pode-se avaliar o comportamento dos indivíduos segundo a condição de pendularidade. Nesse caso, os dados da Tabela 1 também não deixam dúvidas que aqueles que realizavam esse tipo de movimento cotidiano apresentavam diferenciais importantes com relação aos demais indivíduos.

Assim, para as pessoas que realizam o movimento pendular, o desemprego é obviamente muito baixo, assim como a proteção social é bem maior (75% contribuem para a previdência, contra 53 % entre os não pendulares). Também quando se refere à formalidade no trabalho, 69% destas pessoas que realizam o movimento, e que são ocupados, possuem carteira de trabalho assinada, contra 53% entre os que não realizam este tipo de mobilidade. Por esses dados, embora não se possa estabelecer uma relação de causalidade, percebe-se que os movimentos cotidianos de um município ao outro parecem representar uma vantagem para aqueles que o realizam, ao garantir uma inserção mais estável no mercado de trabalho.

Finalmente, no que se refere à localização dos indivíduos segundo as “zonas de segregação”, fica muito evidente que o local de residência parece estar fortemente associado ao acesso da pessoa ao mercado formal de trabalho. De fato, percebe-se que, enquanto nas zonas “Alto-Alto” o desemprego chegava a 22%, nas “Baixo-Baixo” apenas 11% dos residentes enfrentavam esse problema. No que tange à proteção social, tem-se que, na primeira zona, 50% da PEA contribuía para a previdência, enquanto na zona “Baixo-Baixo” 65% encontravam-se nessa situação. Já quanto à formalização no trabalho, os diferenciais também são evidentes segundo as distintas categorias de segregação analisadas: nas zonas classificadas como Alto-Alto, 57% da PEA ocupada apresentava carteira de trabalho assinada, contra 51% na zona Baixo-Baixo; dados sobre as categorias sócio-ocupacionais nos ajudam a entender parte desse comportamento, na medida em que nos mostram que nas zonas Baixo-Baixo existia, em 2000, uma maior presença de empregadores os quais, obviamente, não podem ser avaliados a partir dessa indicador.

Outro resultado, menos óbvio e, talvez, mais interessante para os nossos propósitos, é obtido a partir da comparação entre as zonas “Alto-Alto” e “Alto-Baixo”, ou seja, entre aquelas com

maior homogeneidade e concentração de pobres, e aquelas onde os pobres estão próximos de pessoas com melhores condições de vida.

De fato, tanto com relação ao desemprego quanto no que diz respeito à proteção social, aqueles que residem em zonas menos homogêneas (Alto-Baixo) se mostram em melhores condições. A única variável em que não se nota diferenças é a formalidade, o que sugere que a segregação não tenha grande efeito uma vez que o indivíduo consiga colocar-se no mercado de trabalho.

Deve-se reconhecer que as associações acima identificadas não poderiam ser tratadas como indicações inequívocas do efeito da segregação sobre a possibilidade e forma de inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Tem-se consciência de que estabelecer uma relação causal apenas a partir desses dados seria temerário, haja vista que é também muito razoável pensar que, da mesma forma que a localização pode ter efeito sobre essa inserção, o contrário também pode ocorrer, ou seja, o fato de estar bem ou mal colocado em termos laborais pode ter implicações decisivas sobre a determinação do local onde o indivíduo reside ou irá residir na região.

Responder a essa disjuntiva não é fácil e exigiria novos enfoques e, sobretudo, outras fontes de dados e metodologias de investigação, como, por exemplo, pesquisas qualitativas. No entanto, tendo em vista as várias evidências obtidas na literatura sobre o efeito que certas características do lugar podem ter sobre o comportamento das pessoas, pode-se considerar com alguma segurança que os dados aqui analisados são mais um indício para sustentar esse tipo de argumentação.

Resolvido, ou ao menos amainado, esse impasse teórico, ainda restaria considerar que as indicações até aqui obtidas não são suficientemente robustas, tendo em vista as relações existentes entre o lugar de residência dos indivíduos e suas características socioeconômicas e demográficas. Nesse sentido, há que se buscar uma forma de isolar o efeito da segregação, controlando, em um modelo, as demais características individuais que, como se mostrou, possuem claro impacto sobre o acesso ao mercado de trabalho.

O modelo estatístico multivariado escolhido para esse fim foi a regressão logística, que estima a probabilidade de ocorrência de um determinado evento (variável dependente) para um conjunto de variáveis categóricas que teoricamente o estariam influenciando (variáveis explicativas). A partir da aplicação desse modelo será possível conhecer o efeito individual de cada uma das variáveis sócio-demográficas e de localização sobre os três aspectos relativos à inserção do indivíduo no mercado de trabalho (empregabilidade, formalidade e proteção social), uma vez controlados os efeitos das demais variáveis.

As categorias utilizadas para cada variável, assim como aquelas utilizadas como referência no modelo são descritas a seguir:

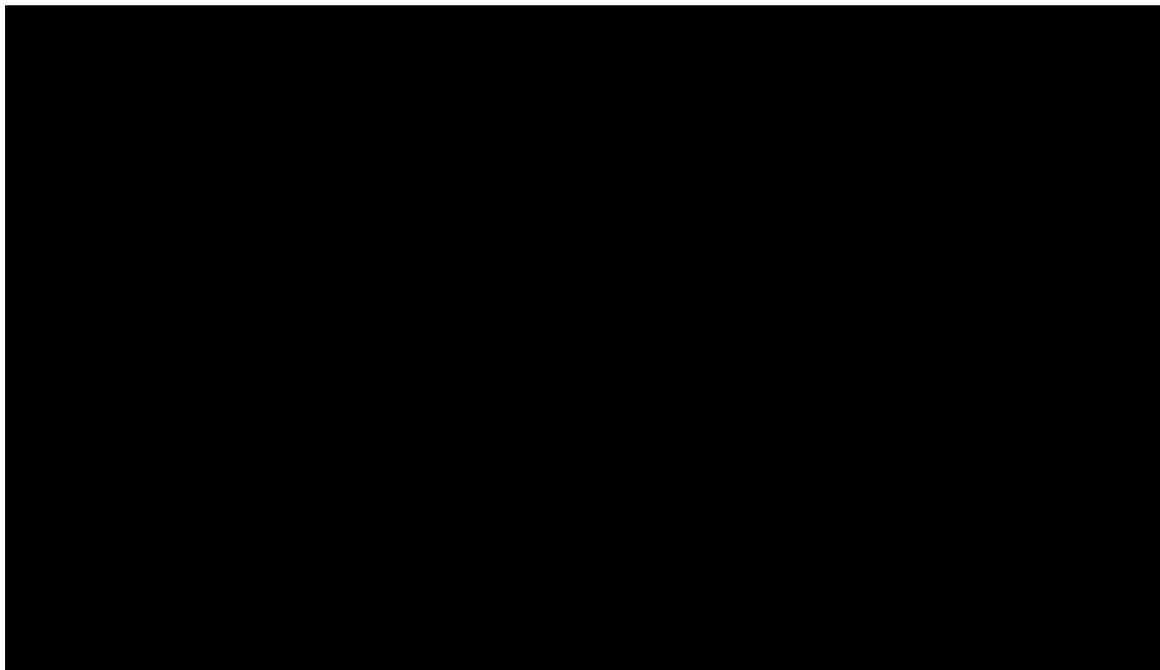
- **Cor/raça:** “branca”, “negra” (controle) e “outra”;
- **Escolaridade** (em anos de estudo): “até 4 anos” (controle), “de 4 a 8 anos” e “8 ou mais”;
- **Estado Civil:** “casado”, “solteiro” (controle) e “outro”;
- **Idade:** “até 20 anos” (controle), “20 a 39 anos” e “40 anos ou mais”;
- **Migração:** “migrante intrametropolitano com 0 a 2 anos de residência no município”, “migrante intrametropolitano com 3 a 5 anos de residência no município”, “migrante externo com 0 a 2 anos de residência no município”, “migrante externo com 3 a 5 anos de residência no município” e “não Migrante” (controle);

- **Composição migratória da AP:** “até 10%”, “10 a 30%” e “mais de 30%” (controle) de migrantes com 0 a 9 anos de residência no município;
- **Pendularidade:** “mesmo município” (controle), “outro município”;
- **Sexo:** “masculino” e “feminino” (controle);
- **Zona de Segregação:** “Alto-Alto”, “Baixo-Baixo”, “Alto-Baixo” e “não significativa” (controle).

O primeiro modelo foi ajustado tendo como variável dependente o *nível de emprego* para as pessoas economicamente ativas maiores de 14 anos¹³.

Como se observa na Tabela 2, os efeitos das variáveis sócio-demográficas se mostram coerentes com o que se esperava: uma maior probabilidade de estar empregado para as pessoas brancas; da mesma forma a probabilidade aumenta para aqueles com mais de 8 anos de estudo, para os casados, para os jovens e adultos (mais de 20 anos de idade) e para os homens.

Tabela 2:
Resultados do modelo logístico tendo o *nível de emprego* como variável dependente
RM de Campinas, 2000



Especificamente com relação à migração¹⁴, nossa hipótese de que o migrante intrametropolitano deveria apresentar-se em melhores condições do que o migrante externo parece confirmar-se ao menos com relação ao migrante muito recente (menos de 2 anos de

¹³ Este modelo responde por aproximadamente 62% das pessoas, tem um coeficiente de aderência de 26%, e uma taxa de resposta de até 60% nos melhores decis, sendo, portanto, um modelo aceitável.

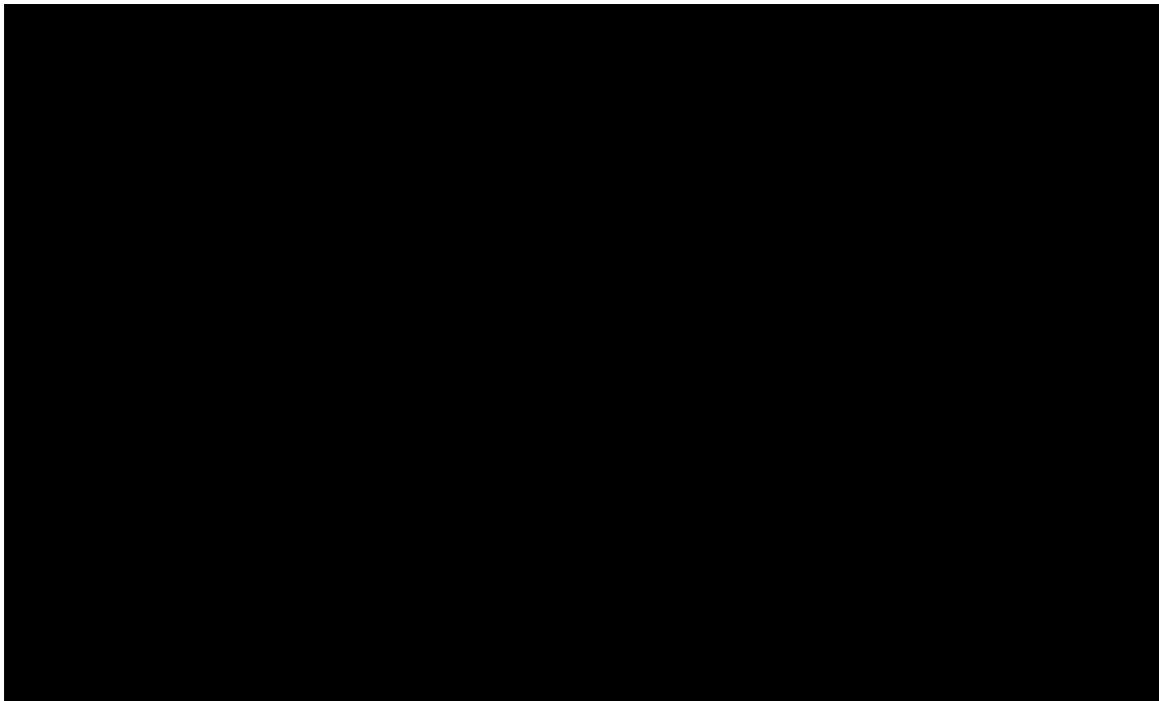
¹⁴ Nesse modelo não foi incluído a condição de pendularidade, uma vez que a chance de uma pessoa que realiza tal movimento, maior de 14 anos, ser empregado é muito grande, tendo em vista a forma como a informação foi captada no Censo. Assim sendo, não faria muito sentido compará-lo com aquele que não faz esse tipo de movimento.

residência). De fato, essa última categoria é a única que apresenta efeito significativo, ou seja, diferenças com relação ao comportamento do “não-migrante”, utilizado como categoria de referência; nesse caso, percebe-se que os migrantes externos recentemente chegados à região apresentam uma probabilidade 20% menor de estarem empregados (Tabela 2).

De qualquer forma, o que mais nos interessa para efeitos desse estudo é destacar os resultados relativos à variável de segregação socioespacial (zona de segregação). Nesse caso, o modelo nos mostra que residir nas áreas classificadas como “Baixo-Baixo” (ou seja alta concentração de pessoas mais abastadas) aumentaria em 30,5% a chance de fugir do desemprego; por outro lado, esta probabilidade se reduz em 28,1% quando se trata da residência com alta concentração de pobreza (“Alto-Alto”). Deve-se ressaltar também o fato da categoria “Alto-Baixo” não ter apresentado efeito significativo sugerindo que, com relação às zonas mais heterogêneas (“não-significantes”), ambas apresentariam efeitos similares sobre a probabilidade de emprego; isso nos leva a refletir sobre o possível impacto positivo na população de baixa renda do fato destas residirem próximas à população de alta renda.

Quanto à variável relativa à contribuição para a previdência social, a Tabela 3 mostra que a educação tem um peso ainda maior do que aquele registrado para o desemprego¹⁵. De fato, um indivíduo com “8 ou mais anos” de estudo teria sua chance de contribuir para a previdência social aumentada em 57,9%.

Tabela 3:
Resultados do modelo logístico tendo a *contribuição para a previdência social* como
variável dependente
RM de Campinas, 2000



¹⁵ Este modelo responde por aproximadamente 62% das pessoas, tem um coeficiente de aderência de 25%, e uma taxa de resposta de até 50% nos melhores decis, sendo assim um modelo razoável.

Também teriam as probabilidades incrementadas as pessoas com idade entre “20 e 39 anos” (48,0%) e do sexo masculino (20,7%). No caso da pendularidade, a pessoa que realiza tal movimento tem uma grande vantagem (66,2% maior) sobre a que não realiza. Nas demais variáveis sócio-demográficas, as diferenças são bem menos acentuadas. Esse resultado sugere que a pendularidade estaria ligada à inserção em empregos mais estáveis e/ou formalizados.

Os efeitos da migração neste modelo mostram novamente o impacto da condição de migrante recente sobre a contribuição para a previdência. De fato, tanto para os intrametropolitanos quando para os externos, o fato de possuírem menos de 2 anos no município lhes reduz a probabilidade de ter essa proteção social quando comparados aos “não-migrantes”. No entanto, o que mais chama a atenção é o fato dos migrantes externos mais antigos (3 a 5 anos de residência) registrarem uma probabilidade 13% maior de estar nessa condição que os não-migrantes e, portanto, também com relação aos intrametropolitanos na mesma situação. Uma explicação para esse fato requereria uma análise mais detalhada sobre as características de ambos os migrantes, uma vez que a migração intrametropolitana na RMC não é o fator central da produção do espaço metropolitano, em particular das periferias nas quais a migração externa tem um grande peso chegando no conjunto da região a representar quase 78% da migração recebida (Cunha, et. al. 2006, p.347).

O lugar onde moram as pessoas apresenta efeito significativo também no caso da proteção social. Assim, residir em uma zona “Alto-Alto” (alta concentração de pobreza) implica em uma redução de 21,7% nas chances de contribuição para a previdência social, enquanto para aqueles que vivem em zonas com maior concentração de riqueza (Baixo-Baixo) registra-se um aumento de 13,5%. Observa-se aqui se observa que o pobre parece beneficiar-se do fato de viver em zonas também ocupadas por população de mais alta renda (zonas “Alto-Baixo”), já que a probabilidade sofre um aumento de cerca de 12,6%.

Foram ajustados por último, modelos para variáveis relativas à condição de formalidade no mercado de trabalho. Tentou-se, a partir de um modelo logístico, também investigar os efeitos das variáveis utilizadas nesse estudo sobre a formalidade no trabalho expressa em termos da posse de carteira assinada, tanto para as pessoas ocupadas com ensino fundamental, quanto para aquelas ocupadas com ensino médio ou superior¹⁶.

Os dados da Tabela 4 mostram novamente maiores probabilidades para as pessoas economicamente ativas com idade entre 20 e 39 anos de idade (48,1% a mais)¹⁷.

Nesse caso específico, passa a ter significância estatística a variável relativa à composição migratória das áreas analisadas. Assim, pessoas residindo em APs com até 10% de migrantes recentes possuem 24,2% mais de chance de uma formalidade no mercado de trabalho do que em APs com mais de 30% de migrantes recentes, fato que sugere que a convivência com pessoas mais antigas ou não migrantes pode implicar em vantagens em termos da formalização do trabalho. Aliás, esse resultado mostra-se compatível com o efeito da variável tipo de migrante que, como será mostrado a seguir, aponta para o efeito negativo de ser migrante recente.

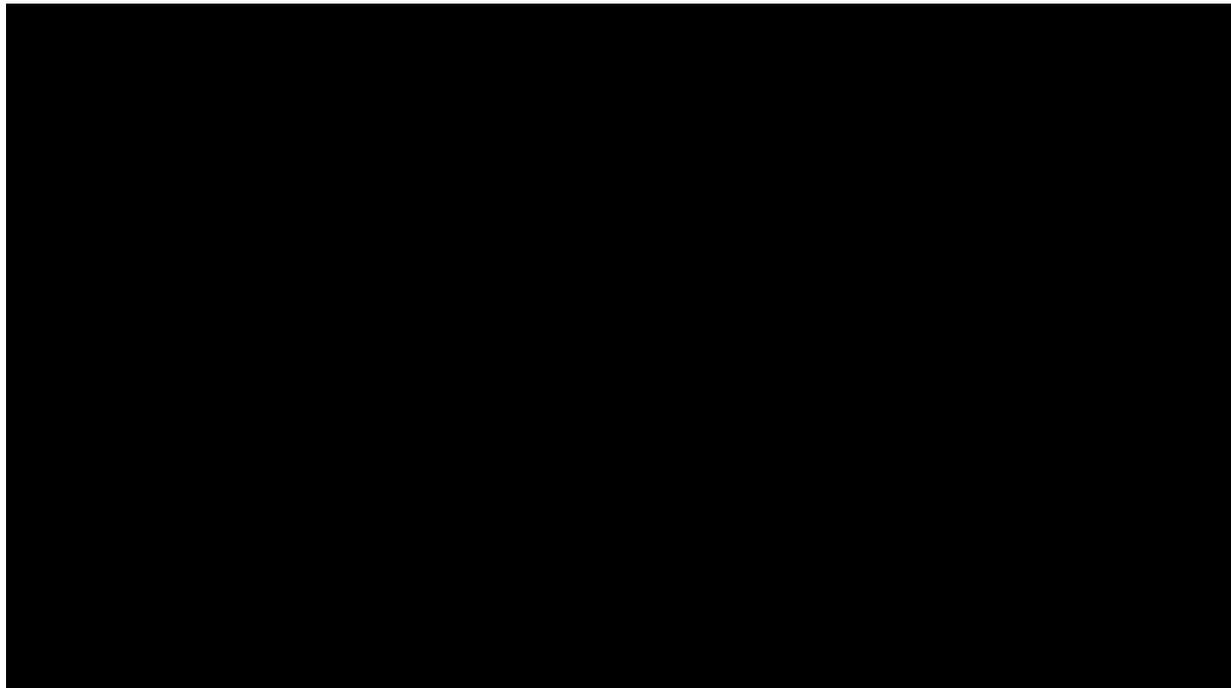
De fato, comparando-se a migração intrametropolitana e externa à RM, novamente as conclusões são semelhantes às obtidas no modelo anterior, ou seja, parece haver, em relação à população aqui considerada “não-migrante”, uma vantagem dos migrantes externos mais

¹⁶ É importante frisar que esta separação em dois modelos visa eliminar possíveis distorções causadas pelo fato das pessoas com maior escolaridade não possuírem emprego formal em função da sua própria ocupação, como se observa nos casos de profissionais liberais, por exemplo.

¹⁷ O modelo responde para aprox. 70% das pessoas, tem um coeficiente de aderência de 41%, e uma taxa de resposta de até 80% nos melhores decis, parâmetros que sugerem que o modelo seja aceitável.

antigos (com 3 a 5 anos de residência no município) já que estes apresentam quase 20% a mais de chance de apresentarem carteira de trabalho assinada; o inverso ocorre com os migrantes recentes, sejam eles externos ou intrametropolitanos.

Tabela 4:
Resultados do Modelo Logístico tendo a *posse de carteira assinada no trabalho* como variável dependente, em termos das pessoas ocupadas com ensino fundamental RM de Campinas, 2000



No caso da variável pendularidade, o modelo mostra que realizar esse tipo de movimento incrementa a chance (51,5%) de possuir carteira assinada em relação ao que não realiza, resultado que mais uma vez reforça a idéia de que o fenômeno da pendularidade está associado de alguma forma a melhores condições de inserção, fato já apontado em outros estudos (Sobreira e Cunha, 2007).

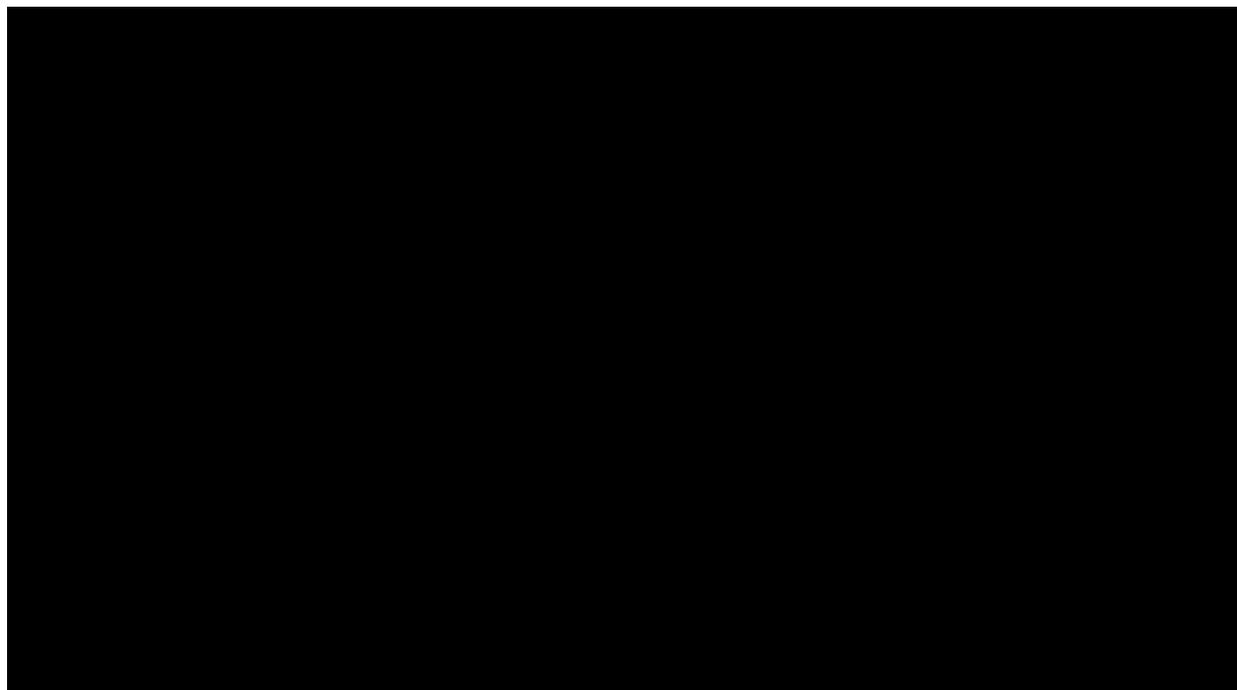
Finalmente, destaca-se o efeito da localização sobre a variável dependente em pauta. Como mostram os dados da Tabela 4, os que moram em áreas de melhor condição social (Baixo-Baixo) possuem 33,2% a mais de chances de conseguir um trabalho com carteira assinada. Novamente nesse caso, o estrato “Alto-Baixo” não apresenta efeito significativo mostrando-se, portanto, estar muito próximo da situação das áreas mais heterogêneas e, assim, sugerindo uma melhor condição dos pobres aí residentes em comparação àqueles que vivem em áreas com alta segregação espacial.

Finalmente, a Tabela 5 traz, para a mesma variável dependente, os resultados do modelo logístico para aqueles pertencentes ao segundo sub-grupos de pessoas ocupadas, ou seja, aqueles com ensino médio ou superior.

Percebe-se, a partir desses dados, que os efeitos com significância estatística são observados nas variáveis cor, estado civil, idade da pessoa, sua condição migratória e de pendularidade e

sua localização segundo a zona de segregação¹⁸. O sexo e a composição migratória das áreas não apresentaram efeitos relevantes.

Tabela 5:
Resultados do Modelo Logístico tendo a *posse de carteira assinada no trabalho* como variável dependente, em termos das pessoas ocupadas com ensino médio ou superior. RM de Campinas, 2000



Assim, para esse grupo de pessoas, ter entre 20 e 39 anos aumenta a chance de uma formalidade em termos de posse de carteira de trabalho assinada em 37,6%, sendo que o fato de ter ultrapassado os 40 anos reduz essa chance em comparação aos menores de 20 anos.

Um resultado interessante de modelo e que certamente mereceria maior investigação e discussão é o fato dos negros mais educados, controladas todas as outras variáveis, não apresentarem diferença significativa com relação aos brancos no que se refere à posse de carteira assinada. Esse dado é sugestivo para refletir sobre o peso da educação e da condição ética/racial sobre a inserção da pessoa no mercado de trabalho.

A condição de pendularidade uma vez mais emerge como um fator importante, assim como o maior tempo de residência dos migrantes externos. No primeiro caso, a probabilidade de ter um emprego formal é 35,6% maior para aqueles que trabalham em um município distinto de onde vivem. Do mesmo modo ser migrante externo mais antigo eleva essa chance em mais de 17% com relação ao “não migrante”, ainda mais com relação aos migrantes recém chegados.

Novamente, o resultado que mais nos interessa diz respeito ao efeito da localização sobre a formalidade das pessoas com maior nível escolar. Nesse caso, os dados mostram uma realidade ainda mais dramática para aqueles que vivem nas áreas mais segregadas e pobres. Isso porque, mesmo com bom nível educacional, a probabilidade de não conseguirem um emprego com carteira assina se reduz em mais de 30% se comparado aos que vivem em zonas com maior mescla social e mais de 50% se comparado com a população residente nas áreas de

¹⁸ O modelo responde para aprox. 70% das pessoas, tem um coeficiente de aderência de 39%, e uma taxa de resposta de até 2 vezes nos melhores decis, parâmetros que sugerem que o modelo seja aceitável.

alta renda. Chama a atenção também o fato de que viver em uma área de concentração de pobreza, mas com um entorno diferenciado (Alto-Baixo) também dá vantagens aos residentes.

Em suma, considerando os resultados dos quatro modelos ajustados, pode-se dizer que, mesmo controlando variáveis importantes e chaves (como sexo, idade e educação) para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, o lugar de residência do indivíduo parece assumir um papel significativo. Na verdade, a força desse fator fica ainda mais visível quando o impacto da educação é reduzido significativamente como no caso do último modelo avaliado (carteira assinada para pessoa com ensino médio ou superior); de fato, mesmo nessa situação, as chances de alcançar uma situação mais estável se reduzem gritantemente para as pessoas residentes nas zonas mais segregadas e pobres da região. Além do mais, as melhores condições daqueles pobres residentes em área cercada por população de mais alta renda também ratificam não ser apenas a questão de pobreza (e educação) o único elemento a ser considerado quando da análise sobre a inserção laboral das pessoas.

Considerações Finais

Analisar e identificar de maneira inequívoca o efeito que a localização do indivíduo numa grande aglomeração urbana tem sobre o seu comportamento, suas vulnerabilidades e condições gerais de vida não é tarefa das mais simples. Se por um lado, a literatura tem apontado mecanismos a partir dos quais isso se concretiza, por outro, os métodos de investigação e, sobretudo, os dados com que se trabalha nem sempre são suficientemente adequados para se chegar a conclusões definitivas.

Este é o caso do presente trabalho. Mesmo tendo sido feito um esforço empírico para isolar o efeito que distintas situações de segregação podem ter sobre algumas características relativas à inserção do indivíduo no mercado de trabalho, tem-se consciência que tanto a fonte (o Censo Demográfico), quanto a forma de caracterizar as distintas situações de segregação (zonas de segregação) padecem de limitações, tendo em vista a complexidade do problema. Na verdade, os resultados obtidos a partir do uso das informações censitárias, na melhor das hipóteses, poderiam ser utilizados como guias para suscitar novas investigações e metodologias objetivando isolar os possíveis mecanismos que explicariam esse efeito.

De qualquer maneira, os dados aqui analisados sugeriram que diferentes localizações na região possuem, de fato, impactos significativos sobre a inserção no mercado de trabalho dos indivíduos. Os modelos ajustados para quatro variáveis dependentes, a saber, o desemprego, a proteção social e a formalidade no trabalho para pessoas com baixa e elevada educação mostraram que, mesmo quando controladas variáveis sócio-demográficas reconhecidamente importantes para explicar os fenômenos em questão, os efeitos da localização ainda permanecem significativos.

Na verdade, embora não fosse a principal motivação desse estudo, os resultados do modelo também sugeriram uma importante agenda de estudos, tendo em vista os efeitos estimados para variáveis como a composição migratória das áreas, a condição migratória e de pendularidade das pessoas. Sem dúvida que entender o porquê destes efeitos, pelo interesse que desperta em particular nos demógrafos, será matéria de investigações no futuro.

Como relação ao efeito de localização, deve-se destacar que, mais além das significativas diferenças encontradas entre a população das “zonas de segregação” extremas (categorias Alto-Alto e Baixo-Baixo), foi muito interessante o resultado encontrado para aquelas zonas de residência da população pobre que se encontravam próximas a áreas habitadas pelos os

estratos de melhor condição social na região (categoria Alto-Baixo). Nesse caso, as estimativas mostraram uma melhor condição dessa população em comparação com aquela residente em zonas de alta segregação de pobreza (categoria Alto-Alto). Na verdade, esse resultado reforça hipóteses como aquelas que consideram os “efeitos de rol”, ou o menor isolamento social com mecanismos a partir dos quais as condições de vulnerabilidade da população mais pobre poderiam ser reduzidas.

Há que se reconhecer, por último, uma limitação teórico/metodológica que decorre do tipo de enfoque utilizado nesse estudo. Mesmo considerando as evidências de outros estudos, bem como considerações teóricas sobre os mecanismos que influenciariam no efeito do bairro sobre o comportamento do indivíduo, ao menos no caso da dimensão aqui analisada, o mercado de trabalho, sempre resta uma dúvida sobre a relação causal entre um e outro fenômeno. Afinal, será mesmo o fato de morar em áreas segregadas uma das causas da pior, ou melhor, inserção laboral? Não seria justamente essa melhor inserção a que explicaria a localização do indivíduo no espaço regional? Além disso, não podemos esquecer que, nos países em desenvolvimento e, em particular no Brasil, o mercado de trabalho é o principal meio para escapar da condição de pobreza, fato que torna ainda mais complexa a identificação de uma relação de causalidade entre segregação e inserção produtiva.

Acreditamos que essa disjuntiva não é simples de ser respondida, sobretudo no caso do presente estudo que é centrado em dados do tipo transversal. Provavelmente, estudos longitudinais fossem mais adequados para responder esse tipo de questão, na medida em que seria possível avaliar melhor as situações que levariam o indivíduo a localizar-se nessa ou naquela área de cidade, tendo em vista o seu histórico de inserção no mercado de trabalho.

Não obstante o anterior, estamos de acordo com os vários autores que apostam no efeito do lugar como um caminho promissor, sobretudo pelo que isso significaria em termos de proposição de políticas públicas. Ao que tudo indica, as características sócio-demográficas não são suficientes para explicar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Desta forma, o espaço, ou o que ele significa no processo de reprodução social, parece ser um elemento a ser sempre levado em conta.

Bibliografia

CASTELLS, M. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1 A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra. 2º ed., 1999.

CUNHA, E.M.G.P. Panorama actual de las condiciones socioeconomicas e demográficas de la población negra brasileña y sus consecuencias en la salud.

Anais... IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población. Córdoba, Argentina, 2007.

CUNHA, J.M.P. et al. **Social Segregation and Academic Achievement in State-Run Elementary Schools in the Municipality of Campinas**, Brazil. Paper presented at Annual meeting of the Population Association of America, New York, 2007.

CUNHA, J.M.P. e JIMÉNEZ, M.A. **The Process of Cumulative Disadvantage: Concentration of Poverty and the Quality of Public Education in the Metropolitan Region of Campinas**. Working paper presented at the Conference on Spatial Differentiation and Governance in the Americas, Austin, Texas, November 17-19, 2006.

CUNHA, J.M.P.; JAKOB, A.A.E.; JIMÉNEZ, M.A. **The Geography of Opportunity: Social Segregation and its Effects on Public Education in the Metropolitan Region of Campinas**. Paper presented at 2006 annual meeting of the Population Association of America, Los Angeles, CA, 2006.

CUNHA, J.M.P.; JAKOB, A.A.E.; JIMÉNEZ, M.A.; TRAD, L.T. "Expansão Metropolitana, Mobilidade Espacial e Segregação nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Campinas," In: CUNHA, J.M.P. (ed), *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2006.

DEDECCA, C.S. **O Trabalho no Brasil do Início do Século XXI: Metodologia e Análise do Censo Demográfico 2000**. Relatório de Pesquisa. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 2006.

DEDECCA, C.S.; BALTAR, P.E.A. **Mercado de Trabalho e Informalidade nos anos 90**. Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, mimeo, 1999.

FLORES, C. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrôpoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola. 14. ed., 2005.

JENKS, C.; MAYER, S. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN, L.; MCGEARY, M.G.H. (Ed.). **Inner - city poverty in the United States**. Washington: National Academy Press, 1990.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades" (Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrôpoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189, dec.2001.

_____. (Coord.). **Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay**. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.

_____ et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)

MASSEY, D.S. e DENTON, N.A. The Dimensions of Racial Segregation. **Social Forces** n.67, p.281-315, 1988.

PRETECEILLE, E. Divisão Social e Desigualdades: Transformações recentes na Metrópole Parisiense. In: RIBEIRO, L.C. de Q. (org.). **O futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governança Rio de Janeiro**, Ed. Revan, 2000.

SABATINI, F. Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latinoamericana. In: CÁCERES, F. e SABATINI, F. (eds), **Barrios Cerrados en Santiago de Chile: Entre la Exclusión y la Integración Residencial**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2004.

_____; CÁCERES, F e CERDA, J. Segregação Residencial nas Principais Cidades Chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. **Espaço & Debates** n.45, p.60-74, 2004.

SAMPSON, R.J.; RAUDENBUSH, S.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, v.277, n.5328. 1997.

SASSEN, S. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton Univ., 1991.

SOBREIRA, D.P.; CUNHA, J.M.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Anais...**, XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém, Pará, 2007.

TORRES, H. da G.; FERREIRA, M.P.; e GOMES, S. Educação e Segregação Social: Explorando o Efeito das Relações de Vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. da G. (eds.), **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora do Senac, 2005.

VIGNOLI, J.R. Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?. **Serie Población y Desarrollo**. Santiago, Chile: CEPAL, 2001.

WILSON, J. Studying inner-city social dislocations: the challenge of public agenda research: 1990. **American Sociological Review**, US, v.56, n.1, p.1-14, 1991.

_____. **The truly disadvantaged**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

Tabela 1:

População economicamente ativa com idade maior que 14 anos por características socioeconômicas e indicadores de inserção laboral.
RM de Campinas, 2000

Variável	Categorias	Desemprego		Proteção Social		Formalidade (*)		Total de Ocupados	Total
		Com Trabalho	Sem Trabalho	Contribui	Não Contribui	Tem Carteira	Sem Carteira		
Cor/ Raça	Branca	85,2	14,8	58,4	41,6	55,4	44,6	711.531	835.527
	Negra (Preta+Parda)	79,4	20,6	50,0	50,0	57,2	42,8	225.286	283.798
	Outra	83,2	16,8	54,9	45,1	48,7	51,3	14.948	17.967
Educação	até 4 anos	80,9	19,1	43,9	56,1	46,9	53,1	106.742	131.885
	4 a 7 anos	81,8	18,2	48,7	51,3	50,6	49,4	278.900	340.755
	8 ou mais	85,2	14,8	62,6	37,4	59,9	40,1	561.633	658.929
	Não determinado	78,4	21,6	52,6	47,4	60,3	39,7	4.490	5.724
Estado Civil	Casado	88,5	11,5	61,3	38,7	53,9	46,1	486.302	549.197
	Solteiro	77,9	22,1	51,3	48,7	59,4	40,6	386.210	495.772
	Outros	85,8	14,2	52,6	47,4	49,3	50,7	79.253	92.324
Idade	14 a 20 anos	62,7	37,3	33,4	66,6	51,0	49,0	81.620	549.197
	20 a 39 anos	85,3	14,7	60,6	39,4	61,8	38,2	556.741	495.772
	40 anos ou mais	88,4	11,6	56,7	43,3	46,1	53,9	313.404	92.324
Sexo	Masculino	87,3	12,7	60,0	40,0	55,6	44,4	583.592	668.821
	Feminino	78,6	21,4	50,9	49,1	55,9	44,1	368.173	468.472
Condição de Migração	Migr.intrametropolitano	83,2	16,8	54,3	45,7	56,2	43,8	30.449	36.585
	Migr. externo RMC	80,4	19,6	50,6	49,4	54,6	45,4	99.371	123.619
	Não Migrante	84,1	15,9	57,0	43,0	55,9	44,1	821.946	977.089
Pendularidade	Mesmo Município	81,4	18,6	53,2	46,8	53,2	46,8	798.254	980.063
	Outro Município	97,6	2,4	75,2	24,8	69,0	31,0	153.512	157.230
Zona de Segregação	Não Significante	84,1	15,9	56,3	43,7	56,2	43,8	660.056	785.236
	Pobres-Pobres	78,0	22,0	49,7	50,3	56,9	43,1	145.947	187.008
	Não Pobres-Não Pobres	89,2	10,8	64,7	35,3	50,8	49,2	107.428	120.487
	Pobres-Não Pobres	86,0	14,0	60,6	39,4	56,6	43,4	38.334	44.562
Total RMC		83,7	16,3	56,2	43,8	55,7	44,3	951.765	1.137.293

(*) Refere-se ao total de ocupados.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais NEPO/Unicamp.